



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 / jan-jun 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DE PRODUTORES FAMILIARES RURAIS DE PACAJÁ COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

THE EXPERIENCE OF THE COOPERATIVE OF RURAL FAMILY PRODUCERS IN PACAJÁ WITH THE NATIONAL SCHOOL LUNCH PROGRAM - PNAE

Denise Reis do Nascimento, Mestranda, UFRA, denisereis20@gmail.com;
Alcilene Magalhães Cardoso, Doutoranda, UFOPA, alcilene@ipam.org.br;
Thaynara Cavalcante Veloso, Bacharel, UFPA, thaynaraengflorestal@gmail.com;

Resumo

O Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) trouxe oportunidades significativas de acesso a mercados para cooperativas de agricultura familiar no Brasil. O artigo tem como objetivo entender de que forma o PNAE contribui na gestão produtiva das famílias e na segurança alimentar. O estudo utilizou as seguintes metodologias: a) Pesquisa bibliográfica: através da análise de livros, artigos, relatórios; b) Pesquisa documental de materiais impressos e documentos relacionados às experiências da COOPROPAC; e c) Realização de entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos no processo de venda e compra dos produtos mediante a chamada pública. O novo modelo de PNAE reforçou algumas estratégias de diversificação da produção e estimulou os agricultores a plantar e diversificar mais a produção. Diante da nova dinâmica da cooperativa, a assistência técnica precisa apoiar na organização da produção, na comercialização, na melhoria da qualidade dos produtos e principalmente, trabalhar a formação dos cooperados e gestores. A diversidade produtiva influenciou na alimentação das próprias famílias no campo e clientes da feira que passaram a incluir frutas e hortaliças nas refeições diárias.

Palavras-chave

Agricultura familiar. Produção. Mercados. Diversificação. Comercialização.

Abstract

The National School Lunch Program (PNAE) has brought significant market access opportunities to family farming cooperatives in Brazil. The article aims to understand how PNAE contributes to families' productive management and food security. The study used the following methodologies: a) Bibliographic research: through the analysis of books, articles, reports; b) Documental Research of printed materials and documents related to COOPROPAC experiences; and c) Conducting semi-structured interviews with actors involved in the process of selling and buying products through public entities. The new model of PNAE reinforced some strategies for diversifying production and encouraged farmers to plant and further diversify production. Faced with the new dynamics of the cooperative, technical assistance needs to support the organization of production, marketing, improving the quality of products and, above all, working on the training of cooperative members and managers. Productive diversity influenced the food of rural families and farmers' market customers who started to include fruits and vegetables in their daily meals.

Keywords

Family farming. Production. Markets. Diversification. Commercialization.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é popularmente conhecido como merenda escolar e foi criado como uma estratégia para que o governo federal estimulasse a agricultura familiar, enquanto que para as famílias produtoras é também uma grande oportunidade de geração de renda através da comercialização de seus produtos. A prefeitura municipal de Pacajá compra com recursos do FNDE/PNAE e recursos próprios, produtos alimentares da própria região para a merenda escolar, através da transferência de recursos financeiros, em caráter suplementar, aos estados e municípios brasileiros. Na conformidade da Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

A história diz que a luta pelo direito à alimentação escolar vem da década de 50, mas foi com a constituição de 1988, que o direito à alimentação escolar gratuita e de qualidade para todos os alunos do Ensino Fundamental foi assegurado, sendo estendido também à educação infantil e às creches. Até 1993 o PNAE foi administrado pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) que centralizava a compra e distribuição dos alimentos. De 1993 a 1998, o Programa passou por transformações de descentralização e desburocratização, celebrando acordos com estados, distrito federal e municípios, desde então, coube a estes governos a responsabilidade de execução do programa de forma integrada com o governo federal visando maior benefício aos alunos de escolas públicas.

A comercialização de produtos da agricultura familiar por meio do mercado institucional é um fenômeno relativamente recente. As primeiras experiências dessa natureza foram localizadas, muitas vezes descontínuas no tempo e desenvolvidas por governos municipais e estaduais interessados em incentivar a agricultura familiar e a produção local de alimentos. Mas este processo é crescente e atualmente representa uma das possibilidades mais significativas de acesso a mercados pela agricultura familiar (UNICAFES, 2013).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado. O Programa contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares



saudáveis, por meio tanto da oferta da alimentação escolar, quanto pela execução de ações de educação alimentar e nutricional.

Além de ser uma importante política pública, pois sua complexidade e heterogeneidade, ao mesmo tempo em que subsidia a geração de renda, possibilita a oferta de alimentos de qualidade, contribui para o resgate de valores da agricultura familiar e permite o desenvolvimento local. Outro ponto importante a ser analisado é o conceito da agricultura familiar, que de acordo com Wanderley (1996) a noção de “agricultura familiar” deve ser entendida de forma genérica como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

O artigo tem como objetivo entender de que forma o PNAE contribui na gestão produtiva das famílias e na segurança alimentar, considerando a diversidade de produtos e analisando as principais dificuldades para acessar a esse tipo de mercado. O trabalho contribui ainda para a sistematização da experiência da Cooperativa de Produtores Familiares Rurais de Pacajá (COOPROPAC) de forma a influenciar outros grupos de produtores, em especial, assentados da reforma agrária. Assim, mais produtores rurais poderão fornecer seus produtos para a alimentação escolar garantindo renda e contribuindo para uma alimentação mais saudável das crianças da rede municipal de ensino nos municípios onde atuam.

METODOLOGIA

A Cooperativa de Produtores Familiares Rurais de Pacajá analisada neste trabalho foi fundada em 14 de julho de 2017 por 42 agricultores produtores/feirantes da Feira da Produção Familiar de Pacajá e sua sede está localizada no município de Pacajá no Estado do Pará, na região da rodovia Transamazônica. O município de Pacajá limita-se com os municípios de Portel (ao norte), Tucuruí e Baião (ao leste), Novo Repartimento (ao sul) e Anapu (a oeste), ocupando uma área de aproximadamente 11.800Km², correspondendo a 4,72% da Região de Integração (RI) do Xingu e 0,95% do Estado do Pará. Pacajá fica a 600 km de Belém e a 217 km de Altamira.

Pacajá está situado na Mesorregião Sudoeste Paraense e Microrregião de Altamira, possuindo população estimada em 2021 de 49.110 munícipes e segundo o censo



do IBGE (2010) ela era de 39.979. Em relação a educação, 93% da população entre 6 a 14 anos possui escolaridades e tendo em 2020 8.275 alunos matriculados no ensino fundamental atendidos pela rede municipal de educação com 135 estabelecimentos de ensino regularmente funcionando (IBGE, 2020). Esses alunos são atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar e assim pela produção da agricultura familiar do município, como é o caso da COOPROPAC que vem desde 2019 ofertando produtos variados nas compras públicas por meio de participação nos chamamentos públicos da Secretaria Municipal de Educação de Pacajá - SEMED.

A proposta metodológica desta pesquisa pode ser compreendida no campo da abordagem qualitativa, sendo considerada como um estudo de caso que busca retratar uma determinada realidade e estudá-la a luz de fontes diversas de informação e adoção de metodologias participativas que gerem protagonismo dos produtores e produtoras rurais da feira de Pacajá e da Cooperativa de Produtores Familiares Rurais de Pacajá no processo de construção dos dados (Florentino *et al.* 2019).

Entre as técnicas de coleta e análise de dados o estudo utilizou diferentes abordagens metodológicas, tais como: a) Pesquisa bibliográfica: através da análise de livros, artigos, relatórios e demais produções que tratam as questões relativas aos mercados institucionais com destaque para a modalidade do PNAE; b) Pesquisa documental de materiais impressos e documentos relacionados às experiências da COOPROPAC, complementando os dados obtidos com a revisão bibliográfica e com as entrevistas com gestores públicos do município de Pacajá; e c) Realização de entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos no processo de venda e compra dos produtos mediante a chamada pública Nº 001/2019-01 executada pela Secretaria Municipal de Educação de Pacajá.

Quanto aos recursos e materiais utilizados na pesquisa, tais como despesas com transporte e alimentação para as pesquisadoras, material didático e outros foram disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) como componente de apoio para fomentar a pesquisa e extensão junto às famílias participantes da cooperativa. Os procedimentos metodológicos utilizados foram ainda orientados a buscar apoio nos trabalhos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado que tratam dos temas políticas públicas, segurança alimentar e nutricional, mercados institucionais e agricultura familiar na Amazônia e com recorte na região em estudo.

Para informações qualitativas e quantitativas sobre o processo de implementação



do PNAE no município de Pacajá, e em especial, com a COOPROPAC, utilizamos informações a partir de coletas de dados realizadas no âmbito do projeto “Negócios Familiares Sustentáveis” que foi executado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) no período de 2018 a 2020. Nesse processo alguns instrumentos foram utilizados como o plano de uso da propriedade e a planilha de custos que cada produtor aplica para o monitoramento de sua produção e geração de renda.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Feira da Produção Familiar de Pacajá surgiu em 2016 a partir da execução de projetos do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) em parceria com a Fundação Viver, Preservar e Produzir (FVPP) em assentamentos rurais da região. Inicialmente, a feira funcionava sob tendas de lona (Figura 01), a cada dia 15 e contava com a participação de 25 famílias de produtores organizados em um grupo informal de comercialização de seus produtos direto aos consumidores. Após 04 anos de existência, a feira tem se mostrado uma excelente estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar da região, gerando renda e trabalho para as famílias que vivem no campo. Esse espaço disponibiliza uma diversidade de produtos de origem vegetal e animal para a população que vive na área urbana do município de Pacajá, agregando parceiros da sociedade civil e de governos em prol de consolidar esta iniciativa geradora de renda e de consumo sustentável de alimentos vindos direto do campo. Os produtores rurais que são também feirantes e sócios da cooperativa atualmente comercializam seus produtos toda sexta-feira no novo galpão da feira (Figura 02) construído em 2020 com apoio do Projeto Negócios Familiares Sustentáveis em parceria com a prefeitura de Pacajá. As novas instalações garantiram aos produtores e consumidores um espaço com melhores condições de oferta dos alimentos e ampliação do leque de produtos a serem disponibilizados, bem como o aumento no volume de venda e consequente de renda para os membros que em 2020 já eram em número de 48 produtores/feirantes

A cada feira são comercializados em média 100 tipos de produtos diferentes, como mostra o quadro 01 a seguir, podendo variar conforme a sazonalidade e o calendário produtivo das famílias, o que está previsto nos planos de uso da produção de cada agricultor membro da cooperativa. A diversidade e assiduidade no fornecimento dos produtos ajuda a atrair os consumidores e fidelizar as compras tanto no espaço da feira



Figura 1 - Feira acontecendo na tenda montada na rua



Fonte: Autoras

Figura 2 - Feira acontecendo no galpão



Fonte: Autoras

quanto as realizadas por encomendas de clientes e mesmo abrindo o leque de outros mercados como as compras institucionais junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) quanto o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Quadro 1 - Principais produtos comercializados na feira de Pacajá.

CATEGORIAS	COMPONENTES
Frutas in natura	Banana, acerola, mamão, murici, coco, maracujá, goiaba, graviola, pupunha, cupuaçu, melancia, abacaxi, abacate, manga, tangerina, lima limão, cacau, jaca, jabuticaba e laranja.
Legumes	Pimenta de cheiro, pimenta amarela, pimentinha verde, quiabo, pimentão, feijão verde, abóbora, pepino, maxixe e tomate.
Processados	Polpa de frutas (açai, abacaxi, açai, acerola, bacuri, cacau, caju, carambola, cupuaçu, goiaba, graviola, manga, maracujá, murici, taperebá), farinha de mandioca, farinha de tapioca, goma de tapioca, bejú, tucupi, coco ralado, caldo de cana, café moído, colorau, açafrao, derivados do leite (queijo, requeijão doce de leite, iogurte e manteiga de garrafa), farinha de babaçu, bolos, doces, pão caseiro, biscoito de polvilho, pamonha, galinha abatida, abóbora cortada, banha de porco.
Hortaliças	Cheiro verde, cebolinha, alface, chicória, carirú, jambu, vinagreira, rúcula e couve-flor.
Raízes	Macaxeira in natura, cará, batata doce, inhame e amendoim, gengibre.
Grãos	Milho, arroz e feijão caupi.
Proteína animal	Galinha caipira viva, ovos caipira, peixe e carne suína.
Castanhas	Castanha do Brasil, castanha de babaçu.
Óleos vegetais	Copaíba, andiroba, babaçu, coco da praia, cupuaçu.

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oferecidos nos últimos anos pelo IPAM e parceiros como: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) também influenciam no aumento da qualidade e quantidade de produtos ofertados a cada feira, bem como para o aprimoramento do sistema de gestão e de monitoramento para



os ajustes necessários ao melhor funcionamento desses espaços de comercialização e mesmo das unidades produtivas de agricultores cooperados.

Diante da diversidade de produtos, a cooperativa visualizou uma nova oportunidade de comercialização através do PNAE. Um primeiro passo dado pela cooperativa foi a realização de reuniões com a nutricionista e a responsável pelo setor da merenda escolar da Secretaria Municipal de Educação de Pacajá - SEMED para apresentação do potencial produtivo e da diversificação dos produtos dos cooperados, em especial os produtos que ainda não constavam na lista da SEMED e que poderiam ser inseridos no cardápio. A proposta foi bem aceita e foram introduzidos os seguintes produtos: farinha de mandioca branca, quiabo, colorau, inhame, batata doce e feijão caupi.

O Município de Pacajá tem feito um esforço de avançar com as compras institucionais em especial para o PNAE na modalidade de compra da agricultura familiar e isso vem incentivando os produtores rurais a se organizar para acessar esse mercado como foi o caso da cooperativa. A seguir os dados dos anos de 2019, 2020 e 2021 no quadro 02 mostram que mesmo em anos de pandemia esse movimento de comprar de um dos setores da economia mais afetados pela Covid 19, que foi a agricultura familiar, continuou e cresceu em volume de recurso se consideramos os Projetos de Venda da COOPROPAC.

Quadro 2 – Projetos de Venda da COOPROPAC (2019 a 2021).

Data de apresentação do Projeto	Valor do Projeto de Venda (R\$)
19/03/2019	505.068,00
20/08/2020	143.650,00
13/05/2021_1	339.558,01
31/08/2021_2	429.558,35

A SEMED de posse do mapeamento dos produtos da agricultura familiar orienta a elaboração dos cardápios da alimentação escolar o que é realizado pelo profissional nutricionista responsável. O cardápio deverá utilizar alimentos básicos, respeitando as referências nutricionais, a cultura alimentar local e levando em conta a diversidade agrícola da região. Além de ser possível elaborar um cardápio mais condizente com a realidade

das escolas da região amazônica e, portanto, a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, os profissionais ligados a esse setor devem estar atentos a sazonalidade de oferta dos alimentos, equilíbrio e proporcionalidade nas ofertas semanais assim como garantindo a soberania alimentar das crianças em especial dos Povos e Comunidades Tradicionais os chamados PCTs em acordo com a legislação atual.

Compete observar que para o correto cumprimento do objetivo das diretrizes da alimentação escolar, é necessário o envolvimento de diversos atores na execução do PNAE: os produtores rurais, os conselhos de alimentação escolar, os secretários de educação, os nutricionistas, os diretores das escolas, os professores, os manipuladores de alimento e os próprios estudantes. Dentre esses atores, destacam-se o nutricionista e também os manipuladores de alimentos, responsáveis pelo correto desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis e pela coordenação das ações de educação alimentar e nutricional (MAPA/SAF, 2019).

Com a publicação da chamada pública Nº 001/2019-01 do PNAE pela SEMED de Pacajá em 18 de março de 2019, a COOPROPAC participou da primeira chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural do município de Pacajá. O processo iniciou-se pela habilitação dos documentos dos empreendimentos, seguindo os critérios de classificação, e sendo a cooperativa um grupo formal teve prioridade diante dos outros concorrentes, na conformidade do que dispõe a Resolução No. 06/2020 do FNDE e ainda a Lei No. 11.326 de 24 de julho de 2006, com redação alterada pela Lei No. 12.512/2011.

Tendo concorrido e se classificado no chamamento público, a cooperativa teve o seu projeto de venda selecionado somando um total de R\$ 505.068,00 (Quinhentos e cinco mil e sessenta e oito reais) e os produtos inseridos no projeto de venda de acordo com o cardápio elaborado pela nutricionista foram os seguintes: alface, abóbora, abacaxi, batata doce, cheiro verde, couve, inhame, melancia, macaxeira, polpa de frutas, colorau, farinha de mandioca, feijão caupi e banana.

Com a obrigação de se ter um nutricionista como responsável técnico pela operacionalização do PNAE, foi publicada a Resolução CFN nº465/2010, que atualiza as atribuições previstas na rotina deste profissional, em consonância com as normativas federais em vigor, inserindo atividades técnicas obrigatórias que vão além da elaboração do cardápio. A ampliação das atribuições dos nutricionistas que atuam no PNAE permitiu



tornar os cardápios mais fidedignos ao perfil dos estudantes atendidos, a partir de diagnósticos e acompanhamento do estado nutricional (MAPA/SAF, 2019).

A participação da Secretaria Municipal de Agricultura de Pacajá nesse processo foi importante mesmo ainda sendo necessário um trabalho mais estruturado e orquestrado entre as duas secretarias de forma a incentivar os produtores rurais do município a ofertarem nos editais de chamada pública do PNAE e assim contribuírem para que o município atinja o percentual comprado da agricultura familiar que é hoje de no mínimo 30% e mesmo que possa superar esse valor como já é o caso de alguns municípios no Brasil.

A entrega dos produtos contratados acontece de acordo com o cronograma repassado à Cooperativa pelo setor da merenda escolar dentro da Secretaria Municipal de Educação do município e são realizadas de duas formas. Na primeira modalidade os agricultores são divididos de acordo com a proximidade com as escolas e na segunda onde os agricultores fazem a entrega diretamente no posto de coleta do município. As entidades receptoras se responsabilizam pelo armazenamento, conservação, preparo e distribuição dos produtos nas escolas da rede municipal tanto da área urbana quanto rural.

No que se refere à logística, no início houveram algumas dificuldades, pois, a quantidade de produtos a serem entregues não compensava as despesas do deslocamento do produtor rural de suas áreas de produção até os centros de entrega na cidade. Essa dificuldade foi superada a partir do planejamento da logística e diversificação dos produtos que poderiam ser ofertados, assim como os arranjos entre os cooperados para acompanhar essa produção diversa e contínua durante os períodos de safra e entressafra. Tão importante quanto produzir é organizar essa produção, seu beneficiamento e comercialização, elementos estes que precisam estar dentro do processo de ATER e capacitação em gestão de negócios familiares como foi o caso da cooperativa. O gerenciamento e o bom planejamento garantem a adoção de estratégias que baixam custos, diminui desperdício e assim melhoram a renda.

Com a necessidade de aumentar e diversificar a produção, os produtores rurais de Pacajá ligados à COOPROPAC estão intensificando seus plantios nas áreas já abertas, não tendo necessidade de desmatar novas áreas de florestas. Nesse sentido os cooperados também têm buscado por mais capacitação em novas tecnologias sociais produtivas assim como em gestão de empreendimentos familiares com apoio de organizações chaves



no território como SEBRAE, SENAR e secretarias municipais de agricultura e meio ambiente. A diversificação produtiva, o cooperativismo produtivo, o fortalecimento dos empreendimentos e sua gestão são apostas que podem transformar a forma de produzir e consumir alimentos na Amazônia sendo o caso da COOPROPAC um exemplo dessa possibilidade e realidade.

Dentre inúmeros aspectos, uma alimentação saudável compreende a utilização de alimentos variados e seguros e referencia-se no respeito à cultura, aos hábitos e tradições alimentares, ao uso de produtos locais sociobiodiversos, valorizando a produção regional, resgatando hábito e culturas alimentares, fortalecendo as comunidades tradicionais e diversificando a alimentação nas escolas na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (MAPA/SAF, 2019).

CONCLUSÕES

O baixo fornecimento de produtos pelos agricultores familiares nos mercados institucionais e compras públicas dá-se muitas vezes pela conjunção de vários fatores, tais como, a falta de informação, o medo de assumir um compromisso formal com órgãos públicos, a falta de assistência técnica especializada para assessoramento e emissão de documentos, em especial a declaração de aptidão ao PRONAF-DAP, hoje também chamado de Cadastro da Agricultura Familiar - CAF para acesso às chamadas públicas. Esse cenário mudou com a intervenção de ATER conjunta e diferenciada do IPAM, SEBRAE e SENAR no município de Pacajá, embora muito ainda se precise avançar com vários grupos de produtores rurais. A participação e sensibilização da equipe técnica da SEMED, em especial de nutricionistas e o contato desses com os agricultores familiares foi decisivo para a construção de uma relação de confiança e de fluidez das informações de forma a desmistificar esse tão importante instrumento de fortalecimento da agricultura familiar que é o mercado institucional.

Essa parceria que se construiu no município foi um elemento importante também para o fortalecimento da COOPROPAC como um potencial fornecedor ao PNAE, tanto de produtos diversos quanto de alimentos saudáveis e de boa procedência. A aquisição direta da agricultura familiar tornou-se um compromisso dos atores locais envolvidos diretamente para a implementação de uma estratégia visando aumentar o número de produtores rurais acessando o programa, em especial superando os desafios dessa região.



A informação ainda é uma das ferramentas mais poderosas nessa missão de trazer a agricultura familiar para a venda direta, sem atravessadores e intermediários, ao PNAE e para isso a divulgação junto às comunidades rurais e o estabelecimento do diálogo mais próximo dos produtores se faz importantíssimo e poderá abrir um leque de opções.

Esse novo modelo de mercado trouxe melhorias para os agricultores, mas também grandes desafios. O PNAE reforçou algumas estratégias de diversificação da produção e estimulou os agricultores a plantar e diversificar sua atividade agrícola. Assim foi possível verificar a grande diversidade de produtos fornecidos e distribuídos pelo programa, incluindo vários produtos da sociobiodiversidade e do extrativismo, tais como amêndoa de coco babaçu, azeite de babaçu, massa de coco babaçu por exemplo. Atualmente, a partir da nova dinâmica em que a cooperativa se encontra, a assistência técnica precisa apoiar na organização da produção, na comercialização, na melhoria da qualidade dos produtos e principalmente, trabalhar a formação dos cooperados e gestores.

A diversidade produtiva influenciou, segundo os produtores, também na alimentação das próprias famílias no campo e clientes da feira familiar que passaram a incluir frutas, legumes e hortaliças nas refeições diárias. Essas modificações na alimentação criam mecanismos para aumentar a segurança alimentar e nutricional em especial das crianças, diminuindo a ingestão de alimentos industrializados e ricos em conservantes e condimentos, além de exercer papel de destaque no aproveitamento e rendimento escolar, pois crianças bem alimentadas comprovadamente aprendem mais e melhor em sala de aula e na interação em sociedade

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos produtores e produtoras rurais familiares da COOPROPAC por nos permitir obter resultados tão maravilhosos com a prestação de assistência técnica rural (ATER) prestada pelo IPAM e seus parceiros técnicos na região. Agradecemos ao IPAM pelo apoio financeiro, logístico e técnico para realização das atividades. Agradecemos a Eletronorte financiadora do Projeto. Agradecemos aos parceiros do Projeto (SEBRAE, SENAR e FVPP).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de



Agricultura Familiar e Cooperativismo. **Amazônia à mesa: receitas com produtos da sociobiodiversidade para a alimentação escolar.** Brasília, DF: MAPA/SAF, 2019. 120 p.

FLORENTINO, G.D; MARTORANO, L.G.; MIRANDA, I.P.A.; MORAES, J.R.S.C.; BELDINI, T.P. **Dynamics of Space and Time of the Production Chain of the Ceramic Industry Production Center of Iranduba, Amazonas, Brazil.** MDPI. Sustainability, 2019.

UNICAFES. União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Estratégias de Acesso a Mercados para Agricultura Familiar.** Brasília, DF: 2013. 34 p.

WANDERLEY, M. de N. B. A Ruralidade no Brasil Moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In*: GIARRACCA, Norma. (comp.). **Una nueva ruralidad en América Latina**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2001.

